



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento
Firmino Raposo
Adllander Matos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Nos termos constitucionais, procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos.

Antes da Ordem do Dia. – Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Domitília Trovoada (ADI) lamentou a crescente onda de violência doméstica no País e apelou aos órgãos judiciais que apliquem a lei, relativamente a essa questão.

Por sua vez, também em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Cecílio Quaresma (ADI) falou da greve da Polícia de Investigação Criminal (PIC).

Ordem do Dia. – Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto de resolução n.º 79/IX/7.ª/13 – Aprova o orçamento da Assembleia Nacional. Intervieram, a diverso título, além

do Sr. Deputado Carlos Correia (Presidente do Conselho de Administração), os Srs. Deputados Arlindo Ramos (ADI), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Abnildo de Oliveira (ADI), Cecílio Quaresma (ADI), Octávio Boa Morte (ADI), Levy Nazaré (ADI), Alexandre Guadalupe (ADI), Adelino Santos (ADI) e Delfim Neves (PCD).

Por último foi aprovado o Voto de Pesar n.º 05/IX/7.ª/13 – Pelo falecimento de Nelson Mandela. Usaram da palavra os Srs. Deputados Albertino Bragança (PCD), Aurélio Martins (MLSTP/PSD), José Viegas (MLSTP/PSD) e Elsa Pinto (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **de Oliveira**
Adérito Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Álvaro João **Santiago**
André Varela **Ramos**
Arlindo Ramos
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel **Cassandra** Correia
Cecílio Quaresma da Graça Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Hélder Paquete Lima
Heliodoro Quaresma
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José da Graça **Diogo**
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio Costa **Boa Morte** Fernandes
Paulo Jorge de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Costa Batista de Sousa
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António da Trindade Afonso **Ramos**
António Monteiro Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Dionísio Leopoldino Fernandes
Domingos Monteiro Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Eugénio Lourenço **Soares**
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso das **Neves**
Jorge Amado
José da Graça **Viegas** Santiago
Manuel da Cruz **Marçal** Lima
Manuel Quaresma **Martins**
Maria da Graça Oliveira Lavres

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Firmino João **Raposo**
Gil Mascarenhas da **Costa**
José Luís **Xavier** Mendes
Maria Edite Salvaterra Pinto

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Cravid Bonfim de Menezes

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a sessão está aberta e convido a Sra. Secretária a fazer o uso da palavra, para darmos posse aos novos Srs. Deputados.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados: temos entre nós dois novos companheiros, pelo que passo a ler o Termo de Posse dos mesmos.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional, aos 9 dias do mês de Dezembro de 2013, os Deputados substitutos Eugénio Lourenço Soares e Maria da Graça Oliveira Lavres, dos Círculos Eleitorais de Mé-Zóchi e Região Autónoma do Príncipe, em substituição dos Srs. Deputados eleitos Deolindo da Mata e Silívia do Espírito Santo, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os referidos Deputados prestaram juramento nos termos legais.

«E para constar lavrou-se o presente seguinte Termo de Posse que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária da Mesa, que o lavrou».

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, espero que esta excitação seja momentânea!

Ao abrigo do artigo 89.º do nosso Regimento e face aos últimos acontecimentos, gostaria de propor a Vossas Excelências que, no período antes da ordem do dia, tivéssemos um ponto especial, que eu chamaria de discussão e aprovação de voto de pesar pelo desaparecimento físico do ex-Presidente da República de África do Sul, Nelson Mandela. Submeto esta questão à consideração das Sras. e Srs. Deputados. Estão a favor?

Portanto, não havendo votos contra, incluímos este ponto na ordem do dia, mas antes disso permitam-me que faça uma pequena leitura: «Excelentíssima Sra. Ministra da Justiça e Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: como é do conhecimento de todos, morreu Nelson Mandela e com ele morreu uma parte da África, morreu uma parte da humanidade. Ficamos todos mais pobres.

A morte desse herói africano, pai da democracia na África do Sul e construtor da nação arco-íris deixa um vazio enorme que será imensamente difícil de preencher. Por isso, antes de iniciar a sessão parlamentar de hoje, gostaria de manifestar os meus sentimentos de dor e pesar pela perda irreparável desse herói africano, Nelson Mandela, e pelo vazio que o mesmo deixa, não apenas no nosso continente africano, mas em todo o mundo que literalmente parou com essa terrível notícia. A sua vida é uma autêntica carta de valores para a humanidade. Nelson Mandela marcou o seu tempo e inspirou-nos na nossa luta pela consecução de uma sociedade mais justa, mais livre, mais igualitária, mais solidária, mais digna e mais democrática.

A melhor homenagem que podemos fazer ao Nelson Mandela, neste momento de sua desapareção física, é pormos em prática todos os seus ensinamentos. Mandela disse e cito: «Tudo parece impossível até que seja feito» e viveu para fazer o que parecia impossível: a transição pacífica na África do Sul, a reconciliação e o perdão no seio daquela sociedade cujos pilares o *apartheid* havia profundamente eliminado.

Se Mandela foi capaz de reconciliar a sua nação naquelas circunstâncias, vencendo as divisões geradas do contexto do *apartheid*, não vemos como é que alguns ainda pensam e dizem que a reconciliação na sociedade são-tomense é uma tarefa monstruosa e impossível.

É minha convicção, Sras. e Srs. Deputados, que as contradições que nos separam, por maior que sejam, são um nada, comparados com aqueles que o *apartheid* gerou na sociedade sul-africana.

Se guiados por Mandela, os sul-africanos foram capazes de fazer aquela travessia, o nosso povo, seguramente, será capaz de ultrapassar as aparentes contradições do presente e forjar um futuro de paz e concórdia, condições indispensáveis para uma vida radiosa.

Excelência, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, somos os eleitos do povo, estamos na casa da democracia. O grande desafio de hoje é o de sermos dignos desta confiança do povo e sermos, pois, capazes de, inspirados pelos ensinamentos de Mandela, guiar o povo na travessia neste período difícil que a Nação são-tomense atravessa. Reconciliar as elites políticas e propiciar aos são-tomenses um clima de paz, prosperidade e concórdia numa sociedade mais justa, mais democrática e mais solidária, onde todos os são-tomenses possam realizar a sua ambição a uma vida digna. Seria essa a verdadeira homenagem ao grande Nelson Mandela.

Excelências, é com profundo pesar e com muita tristeza que interiorizamos a notícia do falecimento de Nelson Mandela, Prémio Nobel da Paz e construtor da democracia sul-africana. Com os sul-africanos choramos essa incomensurável perda. Sejamos dignos do legado de Madiba!

Por isso, aproveito esta ocasião para manifestar, em meu nome pessoal, dos colegas Deputados e de todo o Parlamento, os nossos sentimentos de pesar a toda a família enlutada, bem como à sua esposa, a Sra. D. Graça Machel, e a todo o povo sul-africano.»

Deste modo, convido a todos aqui presentes a guardarmos 1 minuto de silêncio em memória desse grande e heróico filho da África.

O Plenário guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Tendo em conta a proposta que foi aprovada por Vossa Excelências, gostaria de convidar o Sr. Deputado Albertino Bragança para nos apresentar o texto que será o nosso voto de pesar por esta perda irreparável que a África e, muito particularmente, os sul-africanos conheceram a partir do dia 5 deste mês.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça e Caros Colegas Deputados.

O voto de pesar é do seguinte teor: «Tendo tomado conhecimento do desaparecimento físico de Nelson Mandela, figura ímpar da África independente, que se notabilizou na luta que derrubou o desmando do regime de *Apartheid*, considerando que o mesmo, após 27 anos de prisão, foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul, tendo desempenhado um importante papel na pacificação do país, o que culminou com a atribuição do Prémio Nobel da Paz, a Assembleia Nacional, vota nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Regimento da Assembleia Nacional, o seguinte:

1. Honrar a memória de Nelson Mandela pelo exemplar contributo por si prestado à vida política sul-africana.

2. Expressar publicamente, através deste voto de pesar, a sua consternação e endereçar ao povo sul-africano a sua solidariedade, bem como as mais profundas e sinceras condolências.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 9 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, Alcino Martinho de Barros Pinto.»

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Deputado pela leitura do voto de pesar.

Sei que os Srs. Deputados não têm na vossa posse o texto, porém ele é curto. Gostaria de saber, do ponto de vista geral, se há comentários. Estamos na apreciação na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins, para uma intervenção.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Deputados: Peço a palavra para, na sequência do texto de voto de pesar à ilustre figura, Nelson Mandela, para fazer recordar aos Srs. Deputados uma frase dita por Nelson Mandela: «Ninguém nasce odiando a outra pessoa pela sua cor da pele, pela sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar as pessoas, precisa aprender e se pode aprender a odiar, pode ser ensinado a amar.»

Trago esta frase para lançar um apelo às Sras. e Srs. Deputados que comecemos a amar uns aos outros. Amar em todos os sentidos, amor dá unidade, aquilo que falamos sempre, mas que passa por amor ao próximo.

Falo disso também porque estamos num processo de reconciliação Nacional. Foi lançado muito recentemente pelo Presidente da República, no dia 28 de Novembro, uma comissão preparatória de diálogo nacional e o Partido de Convergência Democrática também falou, no início da Legislatura, da necessidade de um pacto de regime...

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, queremos ouvir reacção ao texto do voto de pesar, agradecia que concentrássemos nisso.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, quero apenas concluir, dizendo que toda essa vontade dos Deputados e de Sua Excelência o Presidente da República só será facto se tivermos unidos e amarmos uns aos outros.

Era apenas isso e muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, quero chamar atenção que estamos neste momento a apreciar o texto do voto de pesar e depois disso passaremos a outras intervenções, de acordo com a nossa ordem do dia, observando estritamente o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sra. Ministra, Caros Deputados: Foi em boa hora, não esperava uma atitude contrária da Assembleia relativamente a esta triste ocorrência. Daí que gostaria de dizer que o nosso Grupo Parlamentar abraça este expediente e estamos de acordo com o conteúdo que foi apresentado. Entretanto, gostaria de introduzir duas notas. Uma tem a ver com o próprio conteúdo, a leitura que foi feita pelo Sr. Deputado Albertino Bragança, tendo omitido no ponto 1 a última parte que dizia: «e não só». Eu vou reler: «Honrar a memória de Nelson Mandela pelo exemplar contributo por si prestado à vida política sul-africana e não só».

Tendo omitido «não só», a interpretação que faço é que a influência de Nelson Mandela circunscreve-se à fronteira sul-africana. Espero que não seja esse o sentimento, porque é uma figura de dimensão universal, basta ouvir várias outras declarações que foram feitas no mundo inteiro. A segunda nota tem a ver com o nosso São Tomé e Príncipe, em relação a este acontecimento. O Governo decretou 3 dias de luto nacional, gostaríamos de congratular-nos com esta iniciativa, mas temos que, aqui na nossa República, definir muito bem o que entendemos por luto nacional.

Estive a ouvir algumas rádios, a Rádio Nacional passava músicas fúnebres, mas as outras rádios, como se nada estivesse a existir, puseram músicas e danças, proliferando, aqui e acolá, o nosso solo pátrio. É uma questão para no futuro definirmos exactamente o que entendemos por luto nacional.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, gostaria de saber se há algum comentário. Estamos a apreciar o voto de pesar, o texto apresentado, e não sei se há sugestões, propostas de corte, para passarmos a outra etapa dos nossos trabalhos.

Não sendo o caso, vamos...

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, no ponto 1, acho que tem que ficar claro o que significa «e não só»?

O Sr. **Presidente**:— Vou chegar lá.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para reagir essa questão.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD):— Sr. Presidente, gostaria de dizer que quando o texto me chegou às mãos para proceder à breve revisão, deve ter havido um lapso, na medida em que essa expressão «e não só» iria intervir nesse sentido. Eu penso que o texto está directo, mas devia realçar de outra forma a grande dimensão da personalidade de Nelson Mandela.

Deve ter sido por isso, dentre outras correcções, a questão do «e não só», porque eu sei que devia ser realçado e posso até dar um contributo nesse sentido, realçar mais a figura do falecido político sul-africano e universal Nelson Mandela. Mas convivo com «o não só», embora considero extremamente limitativo para uma figura dessa dimensão.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado Albertino Bragança e na possibilidade de termos um texto de melhor qualidade, propunha que fizéssemos a aprovação do texto no final dos nossos trabalhos. Estamos de acordo?

Vozes:— Sim

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD):— Também queria alertar o Sr. Presidente, que tínhamos alertado a Mesa que o Grupo Parlamentar do PCD tinha um texto de voto de pesar à mesma figura Ilustre de Nelson Mandela. Eu depois não o ouvi pronunciar nesse sentido.

O Sr. **Presidente**:— Quando o Sr. Deputado me abordou, provavelmente esqueceu-se de dizer que era uma proposta do PCD. Disse-me que havia uma proposta na Mesa, mas podemos fazer o seguinte: já que adoptamos a posição de fazer a leitura do texto e aprovação no final e como o Sr. Deputado foi até convidado por mim para fazer a toaleta no texto, poderia então melhorar o texto, distribuir, para no final dos nossos trabalhos aprovarmos um texto único. Estamos de acordo e podemos avançar, Srs. Deputados?

Vamos a passar ao segundo ponto, de acordo com a nossa ordem do dia: leitura de anúncios e expedientes. Sra. Secretária, há anúncios a serem feitos?

A Sra. **Secretária**:— Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, como manda o Regimento, estão inscritos apenas três Deputados para usarem da palavra em assuntos de interesses relevantes e vou observar rigorosamente isso.

Dou a palavra de imediato à Sra. Deputada Domitília Trovoada.

A Sra. **Domitília Trovoada** (ADI):— Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados: A questão que me traz aqui hoje é uma questão que tem aumentado muito no nosso país. Quero lamentar profundamente o aumento da violência doméstica, lamentar a morte de mais uma senhora, mãe de quatro filhos, que faleceu grávida, vítima de violência doméstica. Essa questão preocupa-nos bastante, enquanto mulher, enquanto mãe e representante deste povo. Com isso, gostaria de perguntar à Sra. Ministra o que é que o Governo fez para apoiar essas crianças que ficaram órfãs de mãe e que estão psicologicamente traumatizadas. Por favor, gostaria que nos dissesse.

Gostaria de fazer também um apelo aos órgãos judiciais, quer o Ministério Público, enquanto o defensor da legalidade, defensor dos menores, e aos magistrados, que tenham mãos duras, que apliquem a lei, relativamente a essa questão de violência doméstica. Outra questão que nos preocupa também bastante é o aumento da violação de menores. Não façamos tabus dessa questão, todo o mundo tem a consciência disso, que tem aumentado muito. Eu gostaria de fazer um apelo aos Tribunais, temos um novo Código Penal que fala sobre isso e eu gostaria que os magistrados aplicassem a lei, não aplicassem pena suspensa, como ouvi o caso de um senhor que violou uma criança e foi-lhe aplicada pena suspensa, num crime tão hediondo como este.

Eu também queria perguntar à Sra. Ministra, sei que a senhora foi defender o relatório relativamente à Convenção dos Direitos da Criança (CDC), como é que foi essa defesa. Gostaria que nos dissesse quais foram as recomendações e como tem sido o seu cumprimento em São Tomé e Príncipe. No dia 25 de Novembro, comemorou-se a Convenção contra Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Ratificamos essa Convenção, mas a verdade é que São Tomé e Príncipe nunca elaborou o relatório periódico universal. Sra. Ministra, gostaria de saber o que é que este Governo tem estado a fazer, no sentido de vermos como é que tem sido a sua aplicação em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados: Felizmente hoje não falarei de catástrofe...

Risos gerais.

...sei que já começaram a pensar nisso.

Venho falar de um tema que realmente preocupa o País e também a todos nós. Só gostaria de interrogar a Sra. Ministra em relação ao problema da greve da PIC. Acho que todos acompanhamos os seus problemas e já está na altura para o Governo posicionar-se. Não sei se a Sra. Ministra tem algo a dizer sobre isso. É um assunto que nos preocupa, como são-tomenses que somos, lá trabalham pais de famílias e é uma greve que já se prolonga por muito tempo. Por isso, gostaria que a Sra. Ministra nos explicasse qual é o actual ponto da situação.

O Sr. **Presidente**: — Por último, tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, retiro o meu pedido de intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, todos ouvimos as preocupações que os colegas acabaram de expor, são questões bastante actuais, porém, estou com dificuldade em encontrar um espaço para que a Sra. Ministra possa falar no período de antes da ordem do dia. Parece-me que não é só regimental como também da nossa própria prática, os Ministros não têm direito ao uso da palavra neste período.

Daí que, não havendo uma outra interpretação, aconselho as Sras. e Srs. Deputados e os Grupos Parlamentares a agendarem questões desta natureza para um debate de sessões de perguntas ao Governo, para permitir que a governante ou o governante possa ter espaço para responder. Todavia, se a minha interpretação é correcta, pediria à Sra. Ministra que anotasse todas as questões para que num outro momento pudesse esclarecer, da forma mais correcta que julgar, as Sras. e os Srs. Deputados sobre estas e outras questões que vierem a ser colocadas neste período.

Se não houver outras interpretações relativamente a este assunto, passaríamos de imediato ao período da ordem do dia. No entanto, faço um compasso de espera para saber se os Srs. Deputados têm alguma outra questão.

Pausa.

Portanto, encerrado este ponto, passo ao ponto seguinte.

Temos como ponto principal da nossa agenda de hoje a discussão e aprovação, na generalidade, especialidade e votação final global do projecto de resolução n.º 79/IX/13, ou seja, orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico 2014.

Convido o Sr. Presidente do Conselho de Administração para apresentar o orçamento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados: O Conselho de administração elaborou uma pequena nota e, com a vossa permissão, farei a leitura deste documento explicativo daquilo que diz respeito ao nosso orçamento.

«Menos correcto seria da nossa parte se não fizéssemos referência ao orçamento da assembleia nacional de 2013, antes de falar do projecto de orçamento para 2014.

Se todos bem recordam, foi estabelecido para o ano económico de 2013 os seguintes objectivos: prosseguir com programas de cooperação parlamentar; formar e capacitar os Deputados e os funcionários; incrementar a participação nos eventos internacionais nos quais a Assembleia Nacional é membro, designadamente, UPA, uma reunião; UIP, uma reunião; Rede das Mulheres do Parlamentares da CPLP, uma reunião; apoiar os grupos parlamentares; substituir 1/3 dos computadores existentes; adquirir meios rolantes; adquirir equipamentos e aplicação de sistemas informáticos e apetrechar a rede; visitar os parlamentos no âmbito de cooperação; efectuar e acolher missões no âmbito da cooperação ao nível do Presidente; efectuar e acolher missões de visitas do Secretário-geral; criar e apetrechar os gabinetes; instalar a rádio da ANSTP; projectar o sistema electrónico de segurança de pessoas e bens; projectar a construção da sede política da Assembleia Nacional; sonorizar condignamente o anfiteatro e as salas 207 e 213; aplicar a segunda fase do Módulo Primavera; ser receptivo aos convites das organizações parlamentares e afins; apetrechar e garantir o bom funcionamento da Reprografia da ANSTP com materiais e acessórios.

Para a materialização desses objectivos, tendo sempre em linha de conta as limitações financeiras do País, agravada pela crise financeira internacional, que parece não ter fim a vista, naturalmente com impacto nas economias dos nossos principais parceiros de cooperação, projectou-se o montante global de Dbs. 69.373.270.826,00 (sessenta e nove mil milhões, trezentos e setenta e três milhões, duzentos e setenta mil, oitocentos e vinte e seis dobras), sendo Dbs. 51.038.736.412,00 (cinquenta e um mil milhões, trinta e oito milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e doze dobras) para as despesas correntes e Dbs. 18.334.534.414,00 (dezoito mil milhões, trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e catorze dobras) para as despesas de capital, cujo financiamento é garantido através do OGE em cerca de 99,5%, sendo que as nossas receitas próprias, resultantes essencialmente de cedência de espaço para a realização de actividades e eventos, apenas contribuir com 0,5%.

Sras. e Srs. Deputados, até Setembro de 2013, as receitas correntes tiveram um nível exemplar de execução, ou seja, os duodécimos foram libertados a 100%, contrariamente às receitas de capital que não tiveram qualquer realização, facto que nos preocupa, na medida em que põe em causa a materialização das acções programadas tal como é o nosso desejo. No que se refere às receitas próprias, o cenário é quase idêntico às de receitas de capital, com um nível de execução muito aquém do programado, ou seja, 25% até Agosto de 2013, como consequência da diminuição substancial de cedência de salas devido aos problemas relacionados com o abastecimento de água no Palácio dos Congressos, o que condiciona o funcionamento do sistema de climatização das salas e fornecimento regular de água às casas de banho.

No que toca às despesas, com as verbas disponibilizadas através do OGE e as arrecadadas pela Assembleia Nacional, foi possível materializar as seguintes acções essenciais: funcionamento regular da Assembleia Nacional, principalmente das sessões plenárias e das Comissões Especializadas Permanentes; deu-se início ao processo de profissionalização de Deputados a tempo inteiro, de uma parte dos Deputados das cinco Comissões Especializadas Permanentes, com o objectivo de se aumentar a produção legislativa, potenciar a actividade fiscalizadora do Parlamento e melhorar a qualidade da legislação; realização de estudos, visando a sonorização do anfiteatro, Sala do Plenário, sala 207, sala 2013 e as novas salas do antigo salão de dança, onde as Comissões Especializadas Permanentes deverão trabalhar; realização em São Tomé, no mês de Julho de 2013, do II Encontro dos Quadros de Relações Públicas e Internacionais e Protocolos dos Países de Língua Portuguesa.

Participação nos seguintes eventos internacionais: UIP, em Quito; AP-CPLP, em Angola; Associação dos Secretários-gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, em Angola; Cimeira, na Nigéria; visita do Sr. Presidente da Assembleia Nacional à Corria do Sul e a Timor-Leste; formação e capacitação dos membros das Comissões Especializadas Permanentes, incluindo técnicos parlamentares, mediante a realização de três visitas de estudo à Assembleia da República de Portugal.

Formação e capacitação de funcionários da Assembleia Nacional nas mais diversas áreas, mediante a participação dos seguintes encontros de quadros dos parlamentos de língua portuguesa: I Encontro de Quadros na área de Recursos Humanos, na Câmara dos Deputados do Brasil, Outubro de 2013; II Encontro Interparlamentar dos Quadros de Apoio ao Processo Legislativo, na Assembleia da República de Portugal, Junho de 2013; VIII Encontro dos Quadros de Informática, na Assembleia Nacional de Angola, Julho de 2013; pagamento de salários e outros abonos aos Deputados e funcionários e, conseqüentemente, o pagamento de regular do IRS e das contribuições para a segurança social; continuação do projecto do jardim e área verde do Palácio dos Congressos; implementação do projecto de energia limpa, através de baterias no Centro de Processamento de Dados da Assembleia Nacional; electrificação da Sala do Plenário e instalação dos equipamentos informáticos, ou seja, instalação de um posto de trabalho para cada deputado, a fim de permitir que os mesmos possam tirar partido dos recursos e informações disponíveis na intranet e internet; instalação do Gabinete de Relações Pública e Internacionais e do Conselho de Administração nos novos gabinetes, construídos no quadro das obras de reabilitação do Palácio dos

Congressos; melhoria dos serviços de Reprografia, visando garantir aos eleitos e aos serviços documentos necessários para o desenvolvimento de suas actividades; realização de estudos para implementação da Rádio Parlamento, o que poderá contribuir para a melhoria da imagem do Parlamento mediante a divulgação de suas actividades e não só.

O projecto de profissionalização de parte dos deputados das Comissões Especializadas Permanentes e a ideia de se garantir, pela primeira vez, a subvenção aos partidos políticos com assento parlamentar, de conformidade com o que estabelece a nossa Lei Orgânica, poderá estar em causa caso a verba prevista para o efeito não for disponibilizada.

Convém ressaltar que do lado das despesas correntes houve uma forte pressão sobre as rubricas de viagens para o exterior, como pagamento de subsídios, rubrica 01.04.02, dotada com 1.266.382.000,00 (mil milhões, duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e oitenta e dois mil) teve uma execução de 2.307.573.026,84 (dois mil milhões, trezentos e sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, vinte e seis dobras e oitenta e quatro cêntimos), correspondente a 182,22% até Agosto de 2013, e a rubrica 02.02.08 – Transporte-Deslocação para o exterior (bilhetes) dotada de Dbs.1.166.381.997,00 (mil milhões, cento e sessenta e seis milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa sete dobras) teve execução de Dbs.2.069.242.032,11 (dois mil milhões, sessenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, trinta e duas dobras e onze sentimos) correspondente a 177,41% até Agosto, o que obrigou a que se fizesse três reforços de verba.

Importa referir que esse facto deve-se à sub-programação das dotações relacionadas com missões ao exterior, como consequência de restrições financeiras, uma vez que pelo levantamento feito face a missões previstas para 2013 a dotação global deveria ser de cerca de 6 biliões.»

Sras. e Srs. Deputados, feita esta breve passagem pelo orçamento de 2013, passo a descrever o projecto de orçamento de 2014 que Vossas Excelências têm em mãos, para apreciação e análise, em que pretendemos com este projecto o seguinte:

«1. Projectar a construção de sede política do Parlamento que terão acções como a realização de estudos visando a liberação do projecto. Terão também a elaboração do projecto técnico e orçamento, a procura de financiamento visando a implementação do projecto em 2015, em que projectaremos os resultados e a fonte de financiamento identificado.

2. Melhorar os trabalhos das Comissões Especializadas Permanentes, em que se enquadram na sonorização das salas de trabalho das comissões especializadas, salas 201, 207, 213; salão de dança, apetrechamento dos gabinetes, profissionalização da reprografia, aquisição de equipamentos informáticos e disponibilização das ferramentas existentes, base de dados, Intranet, Internet, etc.; implementar a rádio parlamentar e programa de TV; realização do estudo de impacto financeiro sobre a profissionalização dos eleitos a tempo inteiro em que se enquadram, virão com os seguintes resultados o aumento da produção legislativa e da fiscalização da acção governativa e da administração; fomento da interacção eleito, eleitor, cobertura dos trabalhos das comissões especializadas permanentes.

3. Melhorar as condições da sala 201, em que terão as seguintes acções: apetrechamento da sala 201 com novos móveis; aquisição de monitores visando garantir a cada deputado e membro do Governo um posto de trabalho com acesso à Intranet e Internet, em que darão os resultados que os eleitos se sintam mais confortáveis e que tenham acesso à informação de interesse no seu lugar na sala e que também os eleitos sejam assessorados mesmos estando na sala.

4. Optimizar e maximizar as TIC, em que se enquadra com as acções de prosseguir com o desenvolvimento dos fluxos em falta para a BADAP; aquisição, instalação de software para gestão orçamental e financeira, Recursos Humanos e Património; instalação do sistema informático VOIP para comunicação, formação dos eleitos em que darão resultados em que a BADAP esteja a funcionar em 100%, maior rapidez no tratamento, processamento e partilha de informações, produção de informação orçamental e financeira em tempo útil.

5. Renovar o parque auto da Assembleia Nacional, tendo em vista a nova Legislatura, em que as acções seriam aquisição de viaturas para o Presidente da Assembleia Nacional, Vice-Presidentes, Líderes Parlamentares, alienação das actuais viaturas com os seguintes resultados: que os eleitos tenham viaturas em condições aceitáveis, diminuição de custos com manutenção, diminuição de utilização de papel, desmaterialização.

6. Rever as infra-estruturas do Palácio dos Congressos, em que as acções se enquadrariam na conclusão das obras de reabilitação do Palácio dos Congressos; intervenção, manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema de frio das salas 201, 207, 213 e anfiteatro; realização de estudos sobre o sistema de som, água, iluminação e frio do Palácio dos Congressos com os seguintes resultados: aumento das receitas próprias com a cedência do espaço, que as casas de banho tenham água, conjuntamente com outras acções se possa melhorar as condições de higiene, proporcionar maior conforto aos eleitos, funcionários e utentes.

7. Capacitar e desenvolver os recursos humanos com as seguintes acções: elaboração, implementação de um plano de formação; reabilitação de concursos visando a promoção e progressão de pessoal, assim como a correcção, desequilíbrio salariais; aprovação e implementação do estatuto do pessoal da Assembleia Nacional e implementação do gabinete médico, elaboração de regulamento de assistência

médica e medicamentosa aos Deputados e funcionários da Assembleia Nacional. Esses trariam como resultado que a Assembleia Nacional tenha quadros à altura dos seus desafios do presente e do futuro, diminuição e absentismo por motivo de doença.

8. Promover cooperação parlamentar e interparlamentar com as seguintes acções: cumprimento do Programa de Cooperação com a Assembleia da República Portuguesa; retoma e fortalecimento da cooperação com o Parlamento de Angola e do Brasil; participação na AP-CPLP, ASG-PLP, UIP e UPA, intercâmbio dos deputados com os seguintes resultados: reforço da cooperação parlamentar e interparlamentar, consolidação da democracia e promoção da paz.

Outros objectivos: dar continuidade ao projecto de jardim e área verde e criar condições para deslocação dos deputados, visando visitas de eleitos, eleitores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o objectivo de se garantir a implementação das acções previstas, tendo em conta os objectivos acima referidos, o Conselho de Administração projectou para o ano de 2014 um valor global de 81.592.943.498,00 (oitenta e um mil milhões, quinhentos e noventa e dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e oito dobras), sendo 59.258.409.084,00 (cinquenta e nove mil milhões, duzentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e nove mil, oitenta e quatro dobras) para o orçamento corrente e 22.334.534.414,00 (vinte e dois mil milhões, trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentas e trinta e quatro mil e quatrocentos e catorze dobras) para o orçamento de capital, mas após negociação com o Sr. Ministro do Plano e Finanças, tendo em conta as limitações financeiras do País, o projecto que Vossas Excelências ora têm em mãos está fixado no valor de 77.162.000.000,00 (setenta e sete mil milhões, cento e sessenta e dois milhões de dobras), sendo 53.862.000.000,00 (cinquenta e três mil milhões, oitocentos e sessenta e dois milhões de dobras) para as despesas correntes e 23.300.000.000,00 (vinte e três mil milhões e trezentos milhões de dobras) para as despesas de capital.

Em termos globais regista-se um aumento de cerca de 11,23%, relativamente ao orçamento da Assembleia Nacional de 2013 e de 5,53% e 27,8% para as despesas correntes e de capital, respectivamente.

O aumento de 11,23% proposto pela Assembleia Nacional é aceitável e visa atender às receitas necessárias da Casa Parlamentar, pese embora que o montante proposto esteja ainda aquém das exigências face aos objectivos almejados para 2014. Visa também atender às necessidades dos órgãos que funcionam junto da Assembleia Nacional como são os casos do GRIP, Gabinete Técnico Eleitoral e Conselho Superior de Imprensa (CSI), no que toca ao investimento, assim como as despesas correntes que tiveram um incremento de 10% face ao 2013.»

Muito obrigado pela vossa atenção, os membros do Conselho estão disponíveis para qualquer esclarecimento, melhoramento e sugestões que Vossas Excelências julgarem necessário e de conformidade com a lei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não farei o resumo da sua intervenção, por quanto estamos todos na posse do projecto do orçamento e foi apresentado por este Conselho de Administração.

Gostaria de recordar que esta Assembleia, reunida em Plenário, tem competências constitucionais e outras para adoptar este documento que nos é proposto e no, quadro desta competência, poderá fazer as modificações julgadas necessárias, quer no âmbito dos objectivos fixados, quer no âmbito propriamente das rubricas, para atingir esses objectivos.

Chamo a vossa atenção para o relatório síntese que foi apresentado relativamente à execução do ano de 2013, os repetidos reforços de verbas que com que fomos confrontados e a necessidade de fazê-los, tendo em conta que as carências, sobretudo de cumprimento das missões e de participações nos eventos internacionais, obrigaram a que, como dizia o Sr. Presidente do Conselho de Administração, a execução pôde exceder até cerca de 182%.

No quadro das restrições financeiras que conhece o País e logicamente a Assembleia Nacional também sofre e tem vindo a conhecer essas restrições, seria de bom-tom que fizéssemos um esforço no sentido de termos um orçamento pragmático que pudesse dar resposta às questões essenciais da nossa Assembleia para o ano 2014.

Convidamos então os Srs. Deputados a fazerem as suas intervenções, num primeiro momento, ainda no quadro da generalidade, ou seja, do anexo da resolução, para que na última fase pudéssemos discutir o projecto de resolução que adopta o orçamento.

Talvez em termos metodológicos, pronunciar-nos-íamos sobre os objectivos e depois passaríamos em revista o quadro que temos em presença, onde estão fixados as rubricas, as designações e os valores, para no fim podermos adoptar o documento.

Srs. Líderes Parlamentares do PCD, do MLSTP/PSD e do ADI, queria conhecer as vossas reacções ou dos vossos respectivos grupos, relativamente à proposta apresentada.

Recordo aos Srs. Deputados que, em termos de tempo, o Grupo Parlamentar do ADI tem 28 minutos, o MLSTP/PSD tem 22 minutos, o PCD tem 7 minutos e o Deputado do MDFM/PL tem 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, tenho algumas dúvidas sobre algumas questões aqui levantadas pelo Presidente de Conselho de Administração. A primeira questão tem a ver com a transferência do Governo para Assembleia Nacional. O valor que está na proposta de OGE apresentado pelo Governo é diferente do valor que a proposta do orçamento de Assembleia Nacional nos apresenta. Bem, o Presidente do Conselho de Administração disse aqui que houve conversações com o ministro sobre esta questão mas nós gostaríamos de dizer ao Sr. Presidente que há uma proposta do governo e há um valor estipulado pelo governo que é muito inferior ao que Assembleia Nacional apresenta.

Outro esclarecimento que pretendo ter é sobre os objectivos. Eu não entendo muito bem o que é rever as infra-estruturas do palácio dos congressos e gostaria que me esclarecesse esse rever das infra-estruturas do palácio dos congressos. Outra preocupação que tenho em relação ao crescimento da massa salarial. Portanto, a Assembleia propõe um adicional à massa salarial de 2 mil milhões de dobras e gostaria de saber também qual é o porquê desse crescimento de mais de 2 mil milhões de dobras? E há algumas questões que se premedem que contraria o que está na lei orgânica de Assembleia Nacional principalmente o quadro do pessoal do gabinete do Presidente de Assembleia Nacional que apresenta em vez de dois motoristas passa a ser três e na lei orgânica diz que o gabinete do Presidente de Assembleia Nacional só tem direito a dois motoristas. E assim gostaria de alguns esclarecimentos sobre estas questões.

O Sr. **Presidente**: — Começo pela última questão, porque o Sr. Deputado parece estar equivocado. O Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional tem dois motoristas e não três. Deve estar equivocado. Fez referência ao Gabinete do Presidente e é sobre isso que devo responder.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Bem, no projecto apresentado são três. Dois motoristas de 1.ª classe e um de 2.ª classe.

O Sr. **Presidente**: — Está-se a referir ao projecto.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — O projecto para 2014 e a Lei Orgânica só nos dizem que o Gabinete do Presidente da Assembleia tem direito a dois motoristas de 1.ª classe.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado nesse aspecto tem razão. A Lei Orgânica diz apenas dois motoristas. Não sei que deve ser ido lá no Conselho de Administração que saberá explicar.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração para esclarecimento das questões levantadas pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Para responder ao Sr. Deputado Arlindo Ramos na sua primeira questão, de facto a proposta que Vossa Excelência tem em mãos tem um valor diferente do que está inscrito no OGE, mas este equívoco, como assim se pode chamar, já foi ultrapassado mediante a conversa que os serviços do Conselho de Administração teve com Sua Excelência o Ministro das Finanças, em que algumas rubricas, algumas despesas da Assembleia, como é o caso de energia e água, irão ser suportadas pelo Governo e cabe agora ao Governo corrigir esse valor, aquando da discussão do Orçamento Geral do Estado.

A Assembleia Nacional está de conformidade com a conversa tida com o Sr. Ministro das Finanças. O Sr. Ministro das Finanças sabe deste valor que está estipulado no orçamento da Assembleia Nacional e a parte que compete ao Governo. Só o Governo poderá então, na altura da discussão do OGE, mudar o valor que está inscrito.

A segunda questão prende-se com o que o Sr. Deputado questionou sobre a situação das obras do Palácio dos Congressos. Vossa Excelência sabe que a nossa Casa Parlamentar obteve do governo português uma certa verba há 2 anos, salvo erro, para a reabilitação de toda a infra-estrutura presente. Nesta ordem de ideia e mediante os atrasos que tivemos, foi-se constatar que há necessidade de trabalho. Nesse processo, os serviços do Conselho de Administração estão já a prever uma verba que, esgotando o financiamento do governo português, como está prestes a esgotar, possa suportar esses trabalhos a mais nos próximos anos, como quem diz, se conseguirmos verbas nos próximos anos. Entendeu-se que de facto os trabalhos a mais não podem ficar para trás, tendo em conta tratar-se da nossa Casa Parlamentar e é preciso que isso se faça nesse incremento.

Em relação à massa salarial, esse acréscimo prevê-se mediante as infracções que podem advir nos próximos anos e está-se a prever um aumento de 7% sobre a massa salarial, um aumento global e é mais na perspectiva das taxas de inflação que poderão vir a acontecer, mas é uma previsão.

O Sr. **Presidente**: — A questão de motorista?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Julgo que o Sr. Presidente já respondeu a essa questão de motorista. Acho que como está é um erro dos serviços, porque no total são dois motoristas, como o Sr. Presidente tinha dito, a não ser que haja outra situação que desconheço. Está previsto dois motoristas e pode ser que

seja um erro. Não sei se outros colegas companheiros do Conselho de Administração têm alguma informação neste sentido.

Com a permissão do Sr. Presidente, eu gostaria de passar a palavra para a minha colega Deputada Elsa Pinto, que acho que tem alguma informação sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas gostaria de precisar algumas questões. O Sr. Presidente do Conselho de Administração já respondeu parte delas, mas relativamente à questão de motoristas para o Gabinete do Presidente, efectivamente a Lei Orgânica prevê dois motoristas e está-se a prevê mais um para o Vice-Presidente e é por isso que não está na Orgânica. Estamos a propor mais um para o Vice-Presidente da Assembleia, a vice-presidência, nesse caso.

Relativamente à questão das estruturas, gostaríamos de precisar que tem a ver necessariamente com a questão do sistema do frio, do abastecimento de água e o sistema de electrificação e de iluminação do Palácio dos Congressos. Quando nos referimos a estruturas, tem a ver com o sistema de frio das salas 201, 207, 213, o anfiteatro e também o som, água, iluminação e o frio de todo o Palácio.

Relativamente à massa salarial, estamos a prever a elaboração de um plano de formação e também concursos internos que visem a promoção e progressão do pessoal, assim como alguns desequilíbrios salariais que existem.

Relativamente à discrepância que tem a ver com o tecto do orçamento, essa questão já foi respondida pelo Sr. Presidente e nós, quando estivermos a analisar o Orçamento Geral do Estado, aí sim, teremos que ver com o Governo, para que possa haver essa correcção e esse alinhamento de valores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo de Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados: Gostaria imenso de dar a minha contribuição para a melhoria deste projecto que estamos a discutir, entretanto, Sr. Presidente, estou com muita dificuldade em perceber o documento, porque quando se fala da questão de números, devem ser contextualizados e bem interpretados.

De acordo com o nosso Regimento, no artigo 157.º, quero dizer ao Sr. Presidente que eu só recebi este projecto esta manhã. E assim queria perguntar à Mesa da Assembleia e também ao Presidente do Conselho de Administração a que se deveu a entrega deste documento justamente hoje. Nós, os Deputados, não tivemos tempo para apropriarmos este documento e não sei se as pessoas que estão aqui a discutir estão realmente a discutir com propriedade.

O Sr. **Presidente**: — Eu ia dizer ao Sr. Deputado que pode ter havido alguma dificuldade na ordem de tramitação da documentação, mas a nossa proposta de regimento está disponível já há algum tempo a esta parte. Não posso precisar o dia exacto, mas pelo menos há mais de uma semana que o documento está disponível. Não sei o que é que se passou, mas não vamos também entrar aqui nesta discussão mas não sei se essa reclamação do Sr. Deputado é ampla mas o documento foi por mim despachado já a cerca de uma semana dando instruções inclusive para serem publicados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Eu não concordo com o esclarecimento que foi aqui prestado, tanto pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração como pela Sra. Deputada Elsa Pinto. Primeiro, porque o motorista do Vice-Presidente está no gabinete do Vice-Presidente. Portanto, há um motorista no gabinete do Presidente a mais, porque o gabinete do Vice-Presidente já tem um motorista inscrito.

Outra questão, eu gostaria de criticar a Assembleia pela forma como nos apresenta esse projecto. Temos um projecto com quadros anexos, tem um valor, um tecto estipulado, mas os quadros anexos apresentam outros valores. Mesmo que houvesse um acordo já com o Governo para a alteração dos valores, os quadros no mínimo deviam vir com os valores correctos, de acordo com aquilo que um projecto de resolução propõe. Há aqui coisas que não estão muito bem-feitas. Era preciso melhorias que pudessem levar-nos a entender melhor o que a Assembleia prevê para 2014.

Outra questão está relacionada com os objectivos que levantei. Levantei um só objectivo que a Assembleia propõe «rever as infra-estruturas do Palácio dos Congressos». Nesse conjunto de objectivos já vem a melhoria de abastecimento de água, a reparação do sistema de frio, são vários, e há um deles que me levanta dúvida, que é «rever as infra-estruturas do Palácio dos Congressos». Não entendo porquê, porque aquilo que o Sr. Presidente do Conselho de Administração vem nos explicar parece que não se enquadra nesse objectivo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Arlindo Ramos, para facilitar talvez o entendimento do colectivo, eu próprio não acatei muito bem a sua segunda questão. A questão dos quadros e o projecto de resolução. Falava na discrepância dos números e talvez seria conveniente clarificar um pouco melhor.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — O primeiro quadro começa na página 1, nota explicativa, e a página 2 e diz que o valor é de acordo com aquilo que está na proposta do Governo, mas o projecto de resolução, que é a primeira folha, fala de um valor diferente do que está no quadro.

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Presidente do Conselho de Administração para anotar essas questões. Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Eu também tenho o mesmo problema que teve o meu colega Deputado Abnildo de Oliveira, só que vou um pouco mais profundo. Gostaria de saber se no momento em que elaboraram este orçamento tiveram em conta o novo Estatuto dos Deputados, porque vejo que com o novo Estatuto dos Deputados é necessário que nós, os 55 Deputados, fiquemos aqui a tempo inteiro. Se na verdade o Deputado não pode exercer mais nenhum outro cargo, temos que ficar aqui na Assembleia Nacional, aqueles que forem eleitos a partir de 2014, o orçamento é de 2014. Pergunto se este orçamento enquadra esse aspecto.

Também pergunto se na verdade essa remodelação das infra-estruturas vai enquadrar-se na construção de gabinetes para os Deputados, porque na verdade não estou a ver aqui neste orçamento como é que vão fazer o ajuste com o novo Estatuto dos Deputados que foi aprovado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria de esclarecer o seguinte: como dizia o Sr. Presidente do Conselho de Administração, o quadro que faz referência do Gabinete do Presidente da Assembleia, julgo mesmo que deve ser um engano, porque da parte do Presidente não houve démarches no sentido de aumentar o número de motoristas, para além daquilo que o regimento prevê. Porém, gostaria de esclarecer que o gabinete dos Vice-Presidentes da Assembleia Nacional, o Regimento é claro, tem direito a um motorista e uma secretária, a tempo inteiro.

É esse esclarecimento que gostaria de fazer aos Srs. Deputados, é o que diz o artigo 13.º da nossa Lei Orgânica, a tempo inteiro.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Relativamente à questão do Sr. Deputado Abnildo, em nome do Conselho de Administração, quero juntar-me à sua preocupação, mas julgo que esse atraso deve ter acontecido por causa das mudanças de valores que surgiram em última hora. De facto o orçamento foi despachado há uma semana, só que houve uma rectificação e não sei se é por causa disso que os serviços se atrasaram. Por isso, em meu nome pessoal, queria pedir desculpas por esse atraso.

Quanto à questão do Sr. Deputado Arlindo Ramos sobre motoristas, também faria aqui este apelo, porque julgo ser um equívoco que precisa ser corrigido.

Em relação a outra questão do Sr. Deputado, quanto à discrepância de valores entre o orçamento de 2013 e o de 2014, eu já disse aqui e repito que há valores que não estão de acordo com o OGE, mas esses valores estão de conformidade com a conversa tida já com o Sr. Ministro das Finanças e na altura própria vão ser vistos. Agora, julgo que o Sr. Deputado está a falar em relação aos valores de 2013, na parte de balanço da execução de 2013, em que também houve alguns erros em termos de números, mas que também já foram ultrapassados.

Em relação à questão do Sr. Deputado Cecílio Quaresma, eu queria dizer que há uma resolução que aprova a efectividade dos Deputados. Já devia ter sido este ano e ainda esta resolução continua, na perspectiva de se efectivar esta preocupação para 2014. Entretanto, a resolução não faz menção a todos os Deputados, faz menção a 20 Deputados, principalmente os das Comissões, e esse valor já está orçado no orçamento de 2013, segundo o despacho do Sr. Presidente. Julgo que só será efectivado caso o Governo ponha à disposição da Assembleia uma tal verba para esse efeito.

Esta política continuará em 2014 com a mesma metodologia e só será efectivada esta intenção se o Governo puser verbas para esse efeito. Neste momento, este ano não foi concretizado, porque não houve verba para o efeito e para 2014 também está inscrito, mas será com essa metodologia.

Julgo que respondi às questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados: Há uma preocupação quanto ao orçamento de 2014 que eu gostaria de levantar e apelar a todos os Deputados presentes, os que vão ficar em 2014 e que vão ter continuidade e os que não vão ter a sorte de estar cá em 2014 após as eleições que comunicam ou passam informações a aqueles novos que virão. Para que de uma vez para sempre o orçamento de Assembleia

Nacional o valor total seja igual que se encontra no OGE. Nós, os Deputados, temos que acabar com esse jogo de força. Antes de eu ser eleito Deputado, já havia esse jogo de força e isso tem continuado. Acho que isso não é uma boa forma de os Deputados falarem de transparência, quando temos sempre que aprovar um orçamento superior àquele que o Governo tem aprovado. Quero pedir a todos os Deputados cá presentes e aqueles que serão membros do Conselho de Administração no futuro para que trabalhem juntos com os serviços da Assembleia para que o orçamento da Assembleia seja igual ao do OGE.

A outra minha preocupação é que falamos bastante sobre uma deslocação dos membros, chefiada pelo Sr. Presidente da Assembleia, a Timor Leste e que o país irmão, falando português, doou-nos um valor, parece-me, de 2 milhões de dólares ou euros e que uma parte desse valor já chegou ao País e a parte restante está prestes a chegar, e a Assembleia irá ser beneficiada daquela outra parte. Uma vez que estamos a preparar o orçamento para 2014 e sendo uma verba, no orçamento para 2014 devia fazer referência a esse valor.

Eu gostaria de perguntar não só aos membros do Conselho de Administração, mas também à mesa da Assembleia porque é que não se falou nada dessa verba. Caso no orçamento não figurasse o valor, deveria ser contemplado na nota explicativa, para que os Deputados dos grupos parlamentares pudessem trabalhar na ideia de, quando a verba estiver cá nos cofres do Estado ou na conta da Assembleia, dar um melhor tratamento ao valor. Estas é que são as minhas preocupações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, é só um ponto simples que eu queria levantar, tem a ver com o momento em que o Sr. Presidente do Conselho de Administração falava. Era só para dizer que a resposta que ele deu em relação à minha pergunta não me convenceu. Era só dizer-me em que modo se elaborou o orçamento e se se tomou em consideração esse pormenor. Esse é que é o meu problema. A questão ficou no ar, não foi respondida.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está-se a referir à questão de deputados a tempo inteiro?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção é muito breve. Não estava para intervir quanto ao próprio assunto da discussão, mas depois de ouvir algo aqui não poderia deixar de intervir. Em algumas reuniões passadas, ouvimos várias vezes aqui dizer-se que há um órgão de soberania que estaria a sobrepor-se ao outro. Na altura falava-se em subalternizar a Assembleia Nacional, em relação ao órgão governo. Quando se altera uma lei, o Estatuto dos Deputados é uma lei, sem se ter em atenção tudo que envolve os assuntos tratados por essa lei é que dá o que estamos a assistir.

Não reflectimos previamente, não estudamos com profundidade as questões, só alteramos. Depois vimos dizer que cabe ao Governo, quando tiver dinheiro. Isso é muita brincadeira! Nós somos Deputados, somos legisladores. Estamos a fazer leis. Alteramos uma lei por uma questão circunstancial e depois condicionamos a aplicabilidade dessa lei a quando o Governo, que é outro órgão de soberania, tiver dinheiro. Isso é gravíssimo. Só levanto esta questão para reflectirmos, nas próximas vezes que tivermos que legislar ou alterar uma lei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção é apenas uma sugestão. O Orçamento Geral do Estado, normalmente, é submetido à 2.ª Comissão. Eu sugiro que o orçamento da Assembleia também seja submetido à 2.ª Comissão, na altura em que também recebemos o OGE, o que permitirá que possamos ter acesso ao orçamento da Assembleia e comparar os valores previstos no OGE e a tal disparidade que há entre o OGE e o orçamento da Assembleia Nacional.

Em termos de sugestão, sugiro que para o próximo orçamento se submeta o orçamento da Assembleia à 2ª Comissão, para permitir que possamos digerir melhor o orçamento e, se calhar, superar algumas constatações que temos estado a verificar.

O Sr. **Presidente**: — Permitam-me, caros colegas, que faça alguns esclarecimentos que talvez possam ajudar-vos a entender o momento em que estamos a discutir o orçamento. Em termos de princípio, o orçamento é de facto um instrumento de soberania. O que significa isso no plano teórico? Significa que os órgãos de soberania, ao elaborarem os seus orçamentos, isto em termos de direito comparado que se pratica nas realidades muito próximas das nossas, não sejam tocados. Mas somos um país especial e, no quadro dessa especialidade, quando a conformação do Orçamento Geral do Estado é feito, os serviços não atendem, regra geral, as propostas apresentadas pelos órgãos de soberania. Daí esta discrepância tradicional

que vamos assistindo e que no caso concreto da Assembleia Nacional tem obrigado a que todos os anos, no meio da apresentação, discussão e aprovação, haja essa concertação.

Estou de acordo com o Sr. Deputado Boa Morte, quando faz referência à necessidade de evoluirmos, para que, no quadro do tecto geral do OGE, não haja essa discrepância entre aquilo que a Assembleia adopta e aquilo que vem como expressão numérica no OGE. Vou dar só um exemplo: no exercício deste ano, o Governo decidiu assumir as despesas de água e luz, ou seja, deixam de ser pagas directamente pela Assembleia Nacional. Isto deveria reflectir no orçamento, mas o que fomos assistindo? Fomos assistindo que ao longo de 2013 a Assembleia Nacional, ou continua a acarretar essa responsabilidade, ou tem uma grande dívida com a EMAE.

No quadro da discussão para acertarmos aquilo que as nossas normas definem, aliás o tecto era superior, fizemos de facto este ano um grande exercício, envolvendo todas as Comissões e o próprio Governo na discussão daquilo que deveria ser o OGE, mas porque assistimos a essa discrepância, em que na última hora punha-se ainda em dúvida algumas questões como a da dívida para com a EMAE, quando adoptamos o último Regimento e a nossa Lei Orgânica tínhamos que dar resposta a algumas questões ao nível interno, para resolver o problema da progressão e das promoções dos funcionários e a questão da própria massa salarial, que habitualmente todos os anos aumenta. Face a isso, fomos acertando até a última semana, para chegarmos a este acordo com o Governo, para que a Assembleia Nacional, enquanto órgão de soberania e enquanto estrutura do Estado, pessoa de bem, não possa ficar em maus lençóis perante terceiros. É por isso que temos essa situação de que alguns dos Srs. Deputados estejam a tomar conhecimento do documento já em cima da hora.

A segunda questão, o Sr. Deputado levantou um problema sério. Segundo a revisão que fizemos dos nossos Estatutos e que tornam os deputados exclusivamente deputados, enquanto actividade laboral, a partir das próximas eleições, que deverão ter lugar em Julho, Agosto, Setembro, não sei exactamente, de 2014 e que este Orçamento ainda não contempla, é um problema que temos que ter a consciência de que tem que ser resolvido. Estaríamos todos de acordo que se o expressássemos neste momento no Orçamento Geral do Estado teríamos uma curva ascendente tão significativa de que não iríamos encontrar expressão, e estamos todos quase certos disso, num Orçamento Geral do Estado, porque o tecto iria aumentar exponencialmente. Daí que sem pôr de lado isso, entendemos que ao meio do percurso, a Assembleia Nacional e a Nação vão ser chamados a dar resposta a isso...

Murmúrios do ADI.

Qualquer pessoa que vier a ser do Governo vai ser chamada a dar resposta a essa questão. Isso é um imperativo da lei e espero que os próximos deputados, alguns da presente Legislatura, de certeza que cá estarão, virão outros novos e eu espero que aqueles que estiverem na próxima Legislatura farão todo esforço para que o Governo dê resposta cabal a essa questão. Vai ser um imperativo, porque, meus senhores, eu coloco muitas vezes esta pergunta: qual é o outro Parlamento que está numa situação idêntica à nossa? Não existe! Nós somos, talvez, o único Parlamento do mundo, neste momento, em que o deputado, para além de ser deputado, é funcionário público, é director, é gerente administrativo, etc. E nós precisamos quebrar com essa promiscuidade e elevar o Parlamento, para que tenhamos até melhor governação. Estou convencido de que com melhor Parlamento teremos melhor governação.

Relativamente à questão que levantou o Sr. Deputado Arlindo Ramos, creio que o Sr. Presidente Correia deu algum esclarecimento, quando fazia referência à discrepância entre o texto da resolução e os quadros que foram apresentados. O Sr. Deputado fazia referência aos quadros da nota explicativa e às primeiras páginas dessa nota explicativa reportam-se à execução orçamental de 2013. Se não é o caso, gostaríamos de pedir ao Sr. Deputado que voltasse a colocar a questão, porque os mapas anexos, os últimos mapas que fazem a distribuição das várias rubricas, respondem ao tecto da nossa resolução em termos do tecto global proposto pelo Conselho de Administração.

Vamos continuar a analisar o Orçamento. Intervenções, Srs. Deputados?

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo, para uma intervenção. Pode falar do lugar.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a intervenção do Sr. Presidente do Conselho de Administração, as desculpas estão aceites, entretanto, nos anexos que tenho, não há todos os mapas e tentei consultar os outros colegas deputados, também não têm, sobretudo no que tange às rubricas 4 e por diante. Estou com alguma dificuldade, porque não vejo alguns objectivos constados nos mapas. Se calhar, falta algum documento.

O Sr. **Presidente**: — Para que não fique fortemente prejudicado, talvez seja conveniente pedir aos serviços para verem junto do Sr. Deputado que mapas faltam no seu documento e, enquanto não se resolver essa questão, consulte o seu colega mais próximo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria primeiramente de saudar o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

É verdade que estamos na posse de anteriores documentos que também foram distribuídos antes deste, com alterações feitas. É por isso que houve esta pequena confusão da minha parte, mas tenho uma outra questão. Apesar de estar ao lado do Sr. Presidente do Conselho de Administração e ele ter-me esclarecido algumas coisas, eu gostaria de levantá-las novamente. Trata-se da forma que a Assembleia tem usado o critério de reforço de verbas. Portanto, de acordo com a Lei SAFE, esse reforço só pode ser entre as respectivas despesas. Se é reforço de uma despesa corrente, é feita com a verba distribuída para a despesa corrente e se é reforço de investimento, é feita com a verba de despesa de investimento, mas nós constatamos aqui um período em que a Assembleia faz várias etapas de reforço de verbas para uma só verba. Não esclarece em que capítulo se foi buscar as contrapartidas.

Eu gostaria que o Conselho de Administração me dissesse porque é que no orçamento da Assembleia de 2013 há uma verba prevista para a deslocação, de 2000 milhões de dobras, mas gastamos cerca de 6000 milhões. Eu gostaria de saber como é que é possível fazer-se um reforço acima do valor estipulado, porque a prática diz-nos que os ajustes não podem ser superiores à dotação da verba orçamentada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho, espero que tenham anotado isso.

Sr. Deputado, a sua questão é objectiva e deve atirar-nos para a objectividade das rubricas, quando a adoptamos.

A título de informação, quando se impôs perante o primeiro reforço, recorde-me de um parecer que vinha da Direcção Administrativa e Financeira, dizia-nos que quando se propôs o orçamento para esta rubrica era na ordem de 6 mil milhões e qualquer coisa e a Assembleia adoptou mil milhão e pouco e, tradicionalmente, esta rubrica é reforçada. Apenas que neste ano houve uma excepção ascendente, porque houve muito mais missões que foram feitas e que não estavam programadas. Por isso, ela cresceu exponencialmente na ordem de 185%. Agora, põe-se um problema, do ponto de vista das nossas missões internas, ou seja, missões da Assembleia para o exterior, se nós devemos fazê-las ou não.

E há um debate que eu próprio pus sobre a mesa, sobre a necessidade de o fazer, da composição das nossas missões. Se não deveríamos encurtá-las um pouco em termos de quantidade, para permitir que a Assembleia Nacional não faça política de cadeiras vazias, por exemplo, na União Interparlamentar, na União dos Parlamentos Africanos. Faltamos a muitas reuniões. Quando vamos para uma levamos muita gente e depois não podemos ir à segunda, por não termos verba.

É um debate que está sobre a mesa, todavia, não quero tirar lugar ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, que nesta matéria é a pessoa responsável por esclarecimentos mais adequados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu peço-lhe desculpas por estar a insistir muito nesta questão de orçamento da Assembleia e também por discordar um pouco daquilo que acabou de dizer, porque a nossa participação no exterior, em conferências e em organizações internacionais, tem como base uma programação e isso é feito 1 ano antes ou no período em que se elabora o orçamento. Não podemos elaborar o orçamento, propondo uma verba e depois, contrariamente àquilo que está orçamentado, gastar muito mais por causa da necessidade que temos de estar presentes em organizações internacionais. Sr. Presidente, peço desculpa!

A nossa preocupação tem que estar na base de uma programação. Não podemos gastar para além daquilo que temos. Estamos a gastar o que não temos e temos que ir buscar em outras dotações que podiam satisfazer outras necessidade da própria Assembleia, para satisfazer uma despesa que se estivesse programada não haveria necessidade. Portanto, é este o problema que eu levanto.

Um orçamento de 2 mil milhões de dobras, para viagens e nós gastamos cerca de 6 mil milhões, não me venham dizer que havíamos proposto 6 mil milhões, mas o que foi aprovado foram 2 mil milhões. É isso que temos que gastar, não mais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vamos entrar em diálogo sobre esta questão. O senhor foi governante e enquanto governo teve necessidade de fazer missões não programadas. Vou só dar-lhe dois exemplos: tivemos necessidade de participar numa reunião – até que essa nem foi muito cara – dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP. É verdade que se São Tomé e Príncipe não quisesse fazer-se representar podia não ir, porque não estava programado.

Nós fomos convidados a participar no I Parlamento Pan-africano realizado muito recentemente em Abuja e perguntamos à nós próprios se fazia sentido irmos ou não, mas depois decidimos que tínhamos que ir. Portanto, estou de acordo consigo, estamos todos, de que há necessidade de programarmos a nossa participação, mas quando fomos ao Equador participar na única reunião da União Interparlamentar, ultrapassou de longe os custos que a Assembleia Nacional tinha programado.

Por isso é que chamo atenção, tendo em conta a prática, o que é que devemos fazer? Será que devemos ver realisticamente aquelas missões que temos que fazer e programá-las com os valores necessários, ou vamos continuar com esta prática? Porque muitas das missões estão programadas, Sr. Deputado, simplesmente que os valores estão aquém daquilo que programámos.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, começo por responder à questão do Sr. Deputado Cecílio Quaresma que está preocupado com como é que se vai pagar os Deputados efectivos no próximo ano. Já tinha explicado isso e disse que eram só intensões desta Casa Parlamentar nesse sentido, mas de facto a situação não se concretizou e, se calhar, não se concretizará em tão curto espaço de tempo, por causa da situação da verba. Ela só poderá efectivar-se se houver de facto verbas para esse efeito.

Quanto à questão do Sr. Deputado Octávio Boa Morte, que se referiu às verbas de Timor-Leste, o Conselho de Administração não tem conhecimento, não teve pelo menos na altura da feitura do orçamento, desta verba. Fala-se dela, o Sr. Deputado faz referência a isso, mas creio que a solução para isto, caso essa verba venha de facto ser concretizada, seja se calhar um orçamento rectificativo da Assembleia, porque de facto neste orçamento ela não consta. Penso que se deverá fazer a ratificação do orçamento da Assembleia. Não sei, mas regimentalmente, acho ser possível.

Relativamente ao Sr. Deputado Alexandre, que sugere que o orçamento da Assembleia Nacional seja submetido à 2.ª Comissão, gostaria de dizer-lhe que se calhar teríamos que mexer na Lei Orgânica da Assembleia Nacional. A Lei Orgânica, no seu artigo 55.º no ponto 1 diz, com a vossa permissão, passo a ler: «O projecto de orçamento é elaborado até 15 de Outubro de cada ano pelos serviços competentes, sob a coordenação do Secretário-geral da Assembleia Nacional e de acordo com as orientações e objectivos previamente fixados pelo Conselho de Administração, que submete à apreciação do Plenário». Se tivermos que o endereçar à 2.ª Comissão, como um dos elementos para apreciar o orçamento, penso que se teria que mexer com a Lei Orgânica, porque não diz nada em relação à 2.ª Comissão.

O Sr. Deputado Abnildo disse que não tinha os mapas e não sei se os serviços da Assembleia já o forneceram os mapas.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos falou do reforço de verbas. Sr. Deputado, não houve de facto nenhuma transferência de verba corrente para capital, nem de capital para corrente, mas sim dentro do que diz a Lei SAFE, que é de despesa corrente para despesa corrente. Aí é que houve essas gincanas, essas transferências de verbas. Agora, neste expediente de transferência, aí sim penalizou-se algumas rubricas em detrimento das rubricas de viagens, que levaram o maior bolo nesse processo de transferência. Uma das rubricas das despesas correntes, no código 01.01, «remunerações certas e permanentes em relação aos Deputados», tem ali um montante de Dbs. 12.000.000.000,00.

Essas despesas, que fariam parte também das despesas do profissionalismo dos Deputados, estão diluídas aqui e foi uma das despesas que foram reforçadas em detrimento desse profissionalismo, tendo em conta que o processo ainda não estava formalizado e que a Assembleia Nacional só recebeu do Governo, trimestralmente, algum montante que dava de facto para poder resolver às situações correntes e não se podia, por causa as questões essenciais do funcionamento da Assembleia. São essas verbas que foram transferidas para reforçar a verba de viagens, mediante o despacho do Sr. Presidente, sendo esse capítulo de relações exteriores da competência do Sr. Presidente da Assembleia. O Conselho de Administração só pode travar algumas situações dessas, quando o montante ultrapasse um bilhão de dobras. Neste caso, se formos ver o pacote global, as despesas de viagens não ultrapassam aquilo que era da competência do Presidente.

Se formos ver parcialmente, aí sim, mas elas não foram feitas de uma forma global, em que pudesse o Conselho de Administração depois deliberar sobre a matéria. Entretanto, esta é uma questão que ultrapassou o que são as responsabilidades do Conselho de Administração nesta matéria, que também estou de acordo que façamos uma maior contenção nesse aspecto. Julgo que essas foram as questões mais pertinentes, depois estarei disponível para dar a minha colaboração.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Estou ultrapassado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, sinceramente, não fui devidamente esclarecido e ainda complicaram-me mais com o esclarecimento dado pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração. Portanto, isto é contra todos os princípios financeiros estabelecidos pelo SAFE e admira-me como é que se vai buscar verbas atribuídas a remunerações certas e permanentes para reforçar uma verba que não tem nada a ver com elas.

Ou estamos a orçamentar mais do que aquilo que precisamos, ou estamos a brincar com o orçamento, porque geralmente as verbas destinadas a remunerações certas e permanentes são como diz a própria epígrafe, «certas e permanentes», não pode sobrar nem pode faltar. Se sobra é porque o orçamento está mal feito nesse capítulo! Não posso querer pensar que vou buscar uma verba destinada a despesas do pessoal para reforçar uma verba de deslocação. Não posso fazer isto! Isto é contra todos os princípios da administração financeira do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Adelino Santos** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados: gostaria de fazer um pequeno reparo quanto ao que referiu o nosso colega Deputado Arlindo Ramos, que é do nosso Grupo Parlamentar. Sou professor de Direito Fiscal e, quer dizer, há uma atrapalhação muito grande aqui nesta Assembleia. Porque o OGE, como disse o Sr. Presidente, é um instrumento nacional e disso não tenhamos dúvidas, estou de acordo.

A despesa pública materializa-se pela procura de necessidade de natureza pública, tendo sempre em conta o objecto político, económico e social. Na despesa pública está incluída todo tipo de gastos que merecem a dignidade orçamental, chamado de «princípio de plenitude orçamental» e que costuma referir dentro do orçamento e não fora dele.

Sr. Presidente, qual é a vantagem que o País ganhou com esse desvio, esse desrespeito pelo orçamento da Assembleia? É só isso que gostaria de perguntar.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores e minhas senhoras, acho interessante o debate que estamos a fazer, acho até bastante judicioso que os Srs. Deputados coloquem bastante ênfase na discussão do orçamento da Assembleia Nacional, sobretudo no que concerne à sua execução e a projecção que estamos a fazer.

Compreenderão que nalgumas questões estou, em certa medida, limitado a poder pronunciar-me, mas o último Deputado que acabou de falar colocou assento num assunto que julgo que é de interesse de todos discutir, a questão do desvio ou não da execução orçamental. Uns chamarão desvio, outros eventualmente chamarão outras coisas. Daí que gostaria de convidar a todos os presentes para essa discussão, porque estamos em sede própria e vamos adoptar, não somente o orçamento da Assembleia Nacional como, dentro de alguns dias, iniciaremos a discussão do OGE.

Seria bom que colocássemos de facto rigor em nós próprios, porque estamos a falar de um país com significativas incapacidades para realizar receitas para dar sustentabilidade ao seu orçamento. Falar da questão do desvio é um termo aliciante, aliás o Sr. Deputado disse que era professor de Direito Fiscal e não sei se haverão outros aqui. Daí que convidaria o Plenário a fazer um debate significativo sobre isso, desvio, não desvio, sobretudo quando introduzido por alguém que diz ter o domínio do assunto.

Srs. Deputados, Srs. Presidente Membros do Conselho de Administração, estamos perante uma fiscalização de uma entidade autorizada e convido-lhes a este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

Só um instante, Sr. Deputado, deixa-me só fazer o ponto da situação dos minutos. O ADI tem 8 minutos e 36 segundos; o MLSTP/PSD mantém intactos os seus 22 minutos; o PCD idem e o MDFM-PL, 3 minutos.

Convido o MLSTP/PSD, o PCD e o MDFM/PL a participarem no debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Sr. Presidente, estávamos com alguma dificuldade em participar nesse debate, porque estamos com algumas dúvidas. Gostaria de saber, se estamos a discutir o projecto de Orçamento da Assembleia Nacional para o ano de 2014 ou a debater a execução do Orçamento do ano de 2013. Aí a nossa dúvida. Peço à Mesa para orientar os trabalhos, tendo em conta os objectivos que nos trouxeram à esta sessão plenária.

Outra dificuldade que temos também, confesso, não sei com que critério se decidiu estabelecer 60 minutos para a discussão na generalidade, na especialidade e final global do Orçamento da Assembleia Nacional, atribuindo naturalmente ao Grupo Parlamentar do PCD 7 minutos. No entanto, a nossa intervenção tem a ver com alguns esclarecimentos. Ouvimos cá falar de que se reviu o Estatuto de Deputados, introduzindo inovações que dão azo a que todos os Deputados trabalhem em efectividade de funções, ou seja, a tempo inteiro. Tenho cá o projecto que foi aprovado, não vejo em nenhum articulado do Estatuto esta definição. Estamos a fazer confusão com aquilo que são incompatibilidades de funções, ou o exercício pleno da actividade.

O que se introduziu são as incompatibilidades. Daí que quem participar fará opção, mas não está no Estatuto que fui buscar nos serviços da Assembleia Nacional articulados que digam que os 55 Deputados irão trabalhar a tempo inteiro e em permanência na Assembleia Nacional. É bom que isso fique claro, porque participei nessa revisão, por isso fiquei com alguma dúvida.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, não tenho mais inscritos. Gostaria de saber dos Srs. Deputados se há intervenções finais a serem feitas. Se não houver, passaremos ao texto da resolução. Temos um texto de resolução a ser adoptado, que aprova o orçamento da Assembleia, com os anexos que foram distribuídos. Submeto o texto à apreciação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr. **Presidente**:— Passemos de imediato à aprovação, na especialidade, do preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**:— Submeto à votação, os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10.º.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

O Sr. **Presidente**:— Passemos à votação final global do projecto de resolução sobre o orçamento da Assembleia.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aprovado o orçamento da Assembleia Nacional, cujo número será dado pelos serviços.

Srs. Deputados, o orçamento da Assembleia foi aprovado com 49 votos, o número de Deputados presentes na sala. Peço a vossa indulgência para fazer a leitura do texto final do voto de pesar. Daí que convidaria o Sr. Deputado Bragança a fazer o uso da palavra.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, passo à leitura do voto de pesar: «Tendo recebido com a profunda emoção a notícia do desaparecimento físico de Nelson Mandela, figura ímpar da África e do mundo, que mantendo-se em todas as circunstâncias fiel a suas convicções e princípios, tanto impugnou pela liberdade, dignidade e igualdade no seio da sociedade sul-africana.

Considerando tratar-se do desaparecimento do primeiro presidente negro da África do Sul, uma personalidade investida de uma extraordinária lucidez e profundo humanismo e um imprescindível sentido de tolerância e reconciliação, que em contexto deveras conturbadas e sensível, desempenhou um importante papel na pacificação do país e que levaria a merecer a atribuição do prémio Nobel da Paz. Associando-se ao sentimento de luto, por todo o mundo, a Assembleia Nacional vota, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Regimento, o seguinte:

1. Expressar a sua mais sentida consternação por essa perda, bem como tudo que ela significa para África do Sul, continente africano e o mundo.

2. Honrar a memória de Nelson Mandela pelo exemplar contributo por si prestado à vida política sul-africana e pelo inspirador e universal legado que deixa a humanidade;

3. Endereçar à família enlutada e ao povo sul-africano a sua solidariedade, bem como as mais profundas e sentidas condolências.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 9 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, Alcino Martinho de Barros Pinto.»

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, gostaria de saber se têm alguma proposta de modificação, supressão e alteração ao texto apresentado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

Sr. Deputado Albertino Bragança, esteja atento à proposta.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, gostaria de propor a substituição do termo «emoção», que vem na primeira linha por «consternação». E no ponto n.º 1 devia ser: «Expressar a sua mais sentida dor ou perda...», para não ter «consternação» repetido.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): —, Sr. Presidente, Sra. Deputada, quero dizer que os sentimentos são díspares. Eu senti com muita emoção e deixei a consternação para ao fim e a dor ficou. Ficou mais, porque conheci pessoalmente o Nelson Mandela, portanto foi com muita emoção que recebi a notícia. Mas claro que isso é algo de pessoal, não estou contra que no ponto de vista pessoal a Sra. Deputada tem outra sensibilidade, mas não faço questão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, podemos considerar adoptado o texto?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Neste sentido, vou submeter o texto à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, como sabem, depois desse infortúnio que nos abalou a todos, como é tradicional, o livro de condolências está aberto na Embaixada da África do Sul no nosso país e gostaria de propor-vos que uma embaixada

da Assembleia Nacional, conduzida pelo Presidente, se deslocasse ao Consulado para assinarmos o mesmo. Temos estado a fazer uma tentativa de concertação com outros órgãos de soberania, para não ser uma acção desgarrada e pediria depois aos Srs. Líderes Parlamentares que indicassem os representantes dos respectivos Grupos Parlamentares para, quando acertarmos isso, podermos deslocar em representação da Assembleia.

Portanto, Srs. Deputados, estou em contacto com o Gabinete de Sua Excelência o Presidente da República, mesmo também com o Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, para fazermos essa concertação.

Vozes: — Já houve *feedback*?

O Sr. **Presidente:** — Não sei ainda, há bem pouco tempo telefonei ao director de gabinete que disse que ainda não tinha resposta.

Portanto, os Srs. Líderes serão comunicados, espero que não seja muito sobre a hora. Achei por bem fazer essa concertação e julgo que dois representantes seriam suficientes.

Gostaria também de informar aos Srs. Deputados que por causa da agenda do chefe do Governo e do Sr. Ministro das Finanças, que tiveram que se ausentar ontem, tínhamos comunicado a vossas excelências que iniciaríamos a discussão do OGE no dia 11, já acordado até com Sua Excelência o Primeiro-Ministro, mas receando que essas individualidades não estejam plenamente disponíveis nesse dia, estamos a propor a discussão do OGE para os dias 12 e 13, ou seja, Quinta e Sexta-feira, retomando na Segunda-feira, caso não esgotemos a discussão na generalidade nesses dois dias. Portanto, gostaria de ter a compreensão e a indulgência de Vossas Excelências, porque já remetemos a convocatória e queríamos aproveitar a sessão de hoje para fazer esse anúncio. Também já fizemos esse acerto na Conferência de Líderes desta manhã e tivemos a anuência de todos os líderes parlamentares para o efeito.

Não havendo mais questões, declaro encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva

Joaquim **Rafael Branco**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Filomena Maria de F.D.X. e Pina dos **Prazeres**